

## REDES SOCIAIS

**Facebook: Professor André Mota**

**Instagram: @profandremota.am**

**Twitter: @profandremota**

## A RESPOSTA DO RÉU NO NOVO CPC

1) A sistemática do procedimento no CPC de 1973

- Comum (ordinário /sumário)
- Especial (CPC/ Lei extravagante)

E a resposta do réu?

- Contestação -  
Exceção

- Reconvenção -  
Impugnação ao valor da causa

- Impugnação à concessão dos benefícios da  
justiça gratuita

2) Perspectiva com o novo CPC

- A questão do Procedimento comum

E a resposta do réu na perspectiva do novo  
CPC?

- A questão da concentração das defesas na  
CONTESTAÇÃO

1) CONTESTAÇÃO                      2) EXCEÇÕES

- preliminares

- mérito

3) IMPUGNAÇÃO DO VALOR DA CAUSA

4) IMPUGNAÇÃO AOS BENEFÍCIOS DA J.G.

5) RECONVENÇÃO

## PRELIMINARES DA CONTESTAÇÃO

Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o  
mérito, alegar:

(...)

II – incompetência absoluta e relativa;

III – incorreção do valor da causa;

(...)

X – convenção de arbitragem;

XI – ausência de legitimidade ou de interesse  
processual;

(...)

XIII – indevida concessão do benefício de  
gratuidade de justiça.

§ 5º Excetuada a convenção de arbitragem e  
a incompetência relativa, o juiz conhecerá de  
ofício das matérias enumeradas neste artigo.

§ 6º A ausência de alegação da existência de  
convenção de arbitragem, na forma prevista  
neste Capítulo, implica aceitação da jurisdição  
estatal e renúncia ao juízo arbitral.

- O "ajuste" no polo passivo:

Art. 339. Quando alegar sua ilegitimidade,  
incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da  
relação jurídica discutida sempre que tiver  
conhecimento, sob pena de arcar com as  
despesas processuais e de indenizar o autor  
pelos prejuízos decorrentes da falta de  
indicação.

## DO MÉRITO DA CONTESTAÇÃO

A) Impugnação específica

B) Da Reconvenção

- Cabimento:

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor  
reconvenção para manifestar pretensão

própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

§ 1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

- Autonomia:

§ 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

- Litisconsórcio em reconvenção:

§ 3º A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.

§ 4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

### **DA REVELIA**

#### **A) Efeitos materiais**

Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se:

(...)

IV – as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVELIA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. NÃO RECONHECIMENTO.

CONCLUSÃO ESCORADA EM FATOS E PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ.

DECISÃO MANTIDA.

1. Os efeitos da revelia são relativos e não conduzem necessariamente ao julgamento de procedência dos pedidos.

Precedentes.

2. (...)

(AgRg no AREsp 458.100/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/02/2015, DJe 19/02/2015)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. RECONVENÇÃO. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO. REVELIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. PRODUÇÃO DE PROVAS.

POSSIBILIDADE. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA.

1. A revelia, que decorre do não oferecimento de contestação, enseja presunção relativa de veracidade dos fatos narrados na petição inicial, podendo ser infirmada pelos demais elementos dos autos, motivo pelo qual não acarreta a procedência automática dos pedidos iniciais.

(...)

(REsp 1335994/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 18/08/2014)

#### **B) Efeitos processuais**

Art. 346. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.